

Doenças Respiratórias: paracoccidioidomicose

Adriana Pardini Vicentini MOREIRA

Instituto Adolfo Lutz, Divisão de Biologia Médica, Seção de Imunologia

A paracoccidioidomicose (PCM) é micose sistêmica tendo como agente etiológico *Paracoccidioides brasiliensis*. Por ser o pulmão o órgão mais acometido, acredita-se que o fungo habite o solo e/ou vegetais, produzindo artroconídios responsáveis pela infecção principalmente no trato respiratório.

A PCM apresenta distribuição geográfica restrita aos países da América Latina, com maior frequência no Brasil, Colômbia, Venezuela e Argentina. No Brasil, é encontrada principalmente nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, sendo relatados também casos esporádicos no Nordeste.

Estima-se que, a cada ano, a taxa de incidência na população brasileira seja de 1-3 casos por 100.000 habitantes e a de mortalidade de 0,14 por 100.000 habitantes; considerada a maior entre as micoses sistêmicas. A PCM figura como a oitava causa de morte por doença, entre infecciosas e parasitárias, predominantemente crônica ou repetitiva, superior à leishmaniose. No entanto, por não ser considerada um agravo de notificação compulsória, sua real prevalência não pode ser calculada.

No Estado de São Paulo, os relatos provêm com maior frequência da região central. Informações do Banco de Dados de Pacientes do Laboratório de Imunodiagnóstico das Micoses da Seção de Imunologia (IAL-SP) demonstram que soros provenientes dos municípios de São Paulo, Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba, São José do Rio Preto, Barretos e São José dos Campos apresentam elevada taxa de reatividade, por imunodifusão dupla em gel de agarose, para *P. brasiliensis*.

Sua relevância em Saúde Pública está relacionada a um conjunto de fatores: existência de extensas áreas endêmicas; frequente comprometimento de indivíduos na fase mais produtiva da vida; possibilidade de ser considerada uma doença profissional, longo tempo necessário para tratamento dos doentes; elevada taxa de

recidiva, principalmente devido às falhas e abandono do tratamento, e importantes sequelas detectadas em grande parte dos pacientes. Todas estas condições determinam um expressivo e elevado custo socioeconômico para o Estado e/ou Federação.